

Bancos pediram comissão extra a S. Catarina

Teodomiro Braga

Brasília — “Entre ficar inadimplente e fazer operação escusas, preferi passar por caloteiro”, declarou o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin (PDS), ao justificar sua decisão de não aceitar as exigências dos bancos estrangeiros de pagamento de comissões extras para concessão de empréstimos ao Estado.

O governador catarinense dispôs de provas sobre a cobrança das comissões extras pelo banco: os telex enviados pelas empresas de intermediação das operações, apresentando propostas de empréstimos em que se incluía o pagamento de comissões não autorizada pelo Banco Central. O secretário de Fazenda do Estado, Nelson Madalena, revelou ao JORNAL DO BRASIL que recebeu proposta de empréstimo com pagamento de comissão extra em dólar feita pessoalmente pelo diretor de um banco alemão.

“Uma imoralidade”. Assim Esperidião Amin classifica a exigência de pagamento de comissões extras nas operações de reempréstimo interno dos créditos dos bancos estrangeiros junto ao Brasil — o chamado **relending**. “Uma exploração de nossas dificuldades”, acrescenta o secretário do Planejamento, Sérgio Sachetti, referindo-se à necessidade dos governos estaduais obterem os recursos para poderem refinar suas dívidas externas.

A recusa de Esperidião Amin em pagar as comissões extras custou-lhe bastante caro: nestes quatro anos de governo não conseguiu fechar nenhum empréstimo junto aos bancos privados, apesar de dispor das imprescindíveis cartas de prioridade concedidas pelo Ministério do Planejamento e das autorizações do Senado para a contratação dos empréstimos. Em consequência disso, o governo catarinense ficou numa situação de inadimplência em relação aos seus compromissos externos.

“Foi uma loucura o número de propostas que recebemos para contratação de empréstimos externos com o pagamento de comissões por fora. Os escritórios de intermediação insistiam conosco dizendo que era só dar-lhes uma carta dizendo quanto precisavamos que eles cuidavam do resto. Até já traziam os formulários prontos”, depõe Amin.

Derradeira tentativa

O secretário de Fazenda conta que em setembro passado foi a São Paulo fazer uma derradeira tentativa para obter empréstimos externos junto a filiais e escritórios de representação de bancos estrangeiros mas esbarrou novamente na cobrança das comissões por fora:

“Fizemos os contatos por telefone e marcamos a hora das audiências, tudo dentro da praxe normal. A conversa dos representantes dos bancos foi quase sempre a mesma: temos dinheiro, podemos conceder o empréstimo. Só que vocês precisam pagar uma *fee*.” *Fee* era como eles se referiam às comissões extra”.

Relata Madalena que recebeu uma proposta de pagamento de comissões por fora, em dólares, feita diretamente pelo diretor do banco alemão, que estava de passagem pelo Brasil:

“Ele falava muito mal o português e precisou de ajuda do diretor do estabelecimento no Brasil para se fazer entender. Mas enquanto os representantes dos outros bancos pediram as comissões especiais de forma mais sutil, ele foi mais direto ao assunto. Pediu comissão extra de 1,5% e com pagamento em dólar. Argumentei que não tinha como pagar a comissão, pois todas as despesas do governo tem de ser realizadas através de empenho e além disso não podem ser feitas sem fundamento legal. Mas ele retrucou dizendo: “Combine com o empreiteiro que irá fazer a obra que ele providencia o envio do dinheiro para nós”.

Denúncias

O governador Esperidião Amin afirma que denunciou a existência das comissões extras nas operações de reempréstimos feitas pelos bancos estrangeiros ao governo federal em duas ocasiões. A primeira foi durante a reunião dos governadores estaduais com o presidente José Sarney, realizada no Palácio da Alvorada, em 17 de junho do ano passado:

“Revelei ao presidente que o Estado de Santa Catarina estava inadimplente em relação aos seus compromissos externos porque se recusava a pagar as comissões irregulares exigidas pelos bancos estrangeiros. A denúncia teve grande repercussão entre os demais governadores porque todos enfrentavam o mesmo problema.” Segundo Amin, o presidente Sarney recomendou aos ministros Francisco Dornelles, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, que tomassem providências em relação ao assunto.

Na segunda reunião do Presidente da República com os governadores, em 13 de março passado, Amin voltou a denunciar o problema. “Antes de mais nada disse que continuava inadimplente. E ressaltar que, se o problema da exigência das comissões extras já era grande na época da inflação alta, havia ficado ainda mais grave após o plano cruzado, pois a queda da inflação tornou mais difícil a absorção de custos financeiros.”